

28 MAI 1988

Tomando o pulso do povo

É verdade que o atraso nos trabalhos da Constituinte está prejudicando a preparação das eleições municipais. Ou bem os deputados e senadores cuidam de fazer a Carta Magna, que não é hoje senão um esboço quase grosseiro, cheio de imperfeições, à espera de um segundo turno purificador, ou bem cuidam eles de auscultar as suas chamadas bases, indo ao fundo do poço das opiniões populares.

Mas, todos sabiam disso, não era segredo para ninguém. E quem não o soubesse, por ser desligado, pouco observador ou analfabeto em matéria política, tinha a obrigação de sabê-lo. E ainda assim não correram com os trabalhos da Assembleia Constituinte, ao contrário fizeram ouvidos moucos aos apelos desesperados do sr. Ulysses Guimarães para que ficassem em Brasília e comparecessem às reuniões da Constituinte.

Agora, não há porque pensar em prorrogar as eleições municipais que há muito tempo estão marcadas para novembro de 88. Se vai custar caro, vai, e todos já sabiam. Não há político brasileiro,

e por conseguinte não há legislador, que não saiba, do próprio bolso, quanto custa uma eleição. Que vai custar caro ao já minguado orçamento público, é outra realidade. Mas, vivemos num país de fundos perdidos e de generosas benesses, que o custo cívico de uma eleição não pode pesar na balança. O mal maior, e talvez mais caro, é não fazê-la, já temos experiência bastante do passado. Se apagarem as luminárias dos prédios públicos e das estatais de Brasília, Rio e São Paulo, que passam as noites inteiras acesas inutilmente, talvez a economia a ser feita dê para custear o pleito municipal de novembro. E se não der, ajuda.

O Governo e os políticos, bem como a sociedade que se distrai nos bailes da Ilha Fiscal, precisam tomar o pulso do povo e procurar saber como ele está pensando de verdade. Não se pode confundir o que pensa o povo de São Paulo, país desenvolvido, com o que pensa o povo, também brasileiros, das barrancas do São Francisco ou do Parnaíba, das estepes do Nordeste ou das matas ciliares do Amazonas. Somos um

país desigual, ora vivendo-se a civilização do *overnight*, ora vegetando-se no extrativismo mais primitivo em estado de semi-subsistência. Entretanto, e apesar disso, os srs. constituintes ou parlamentares fazem normas iguais, leis iguais e princípios iguais, como se o Brasil fosse um só e não uma colcha de retalhos.

As eleições municipais de novembro são necessárias, também, porque têm o sabor de plebiscito. Do resultado delas, sairão lições muito importantes para o Governo, para os partidos, para os verdadeiros e os falsos líderes, até para as Forças Armadas. Se tudo correr bem, será porque os governadores ainda ajudam a fazer os prefeitos, estes, em 1989, ajudarão a fazer o novo presidente, e este, em 1990, poderá talvez fazer a sua maioria no Congresso e os novos governadores. Teremos o saudável círculo vicioso da política.

Se tudo correr mal, então serão o caso — como dizia o presidente Figueiredo — de chamar o Pires, se ainda houver tempo, porque o assunto já será de desesperadora relevância.